9º SIMULADO OAB 2012.1

18 DE MAIO DE 2012

INSTRUÇÕES PARA REALIZAÇÃO DO SIMULADO

Estimados alunos,

1. O simulado terá início às 9:20hs e encerramento às 12:20hs. O aluno deve assinar a lista de presença que o professor/fiscal indicar.
2. Somente será admitida a entrada de alunos para realização da prova até ás 9h20hs. Após este horário, é vedada a entrada do aluno na sala de prova.
3. O aluno somente poderá entregar o cartão-resposta a partir das 9:50hs. Os três últimos alunos que estiverem na sala de aula deverão entregar seus cartões-resposta simultaneamente.
4. O aluno não poderá ter consigo nenhum material, salvo lápis, caneta, borracha e apontador. Todas as bolsas e demais pertences serão colocados na frente da sala, próximo ao professor/fiscal.
5. É vedada a utilização de qualquer material de consulta, bem como de qualquer tipo de aparelho receptor, transmissor, gravador ou tocador de mensagens, dados ou voz. A utilização implicará na atribuição de grau zero à prova do aluno.
6. Atenção ao preencher o cartão-resposta. O preenchimento deverá ser feito **obrigatoriamente com caneta azul ou preta**. Campos preenchidos com lápis, ou marcados com corretor ortográfico não serão considerados válidos. **Campos com dupla marcação, rasurados ou em branco anulam a questão.**
7. **O cartão-resposta é individualizado e não poderá ser substituído**. **Em caso de erro no preenchimento, o aluno não receberá outro cartão resposta.**
8. O caderno de provas poderá ser levado pelo aluno. Somente o cartão resposta deverá ser entregue ao professor/fiscal.
9. Apenas um aluno por vez poderá ir ao banheiro durante a realização do simulado. Se mais de um aluno quiser ir ao banheiro, só será permitida a saída do aluno da sala após retorno do outro. O professor/fiscal fará o controle de entrada e saída dos alunos da sala do simulado.
10. O professor/fiscal não poderá tirar qualquer dúvida relativa às questões de prova do simulado. Todas as impugnações e recursos só poderão ser realizadas por escrito, no prazo de 24hs da realização do simulado.
11. O gabarito do simulado será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, e por e-mail no próprio dia 18/05, a partir das 13:20hs.
12. As impugnações e recursos serão encaminhados aos e-mails: [bruno.alves@fgv.br](mailto:bruno.alves@fgv.br), com cópia para [andre.mendes@fgv.br](mailto:andre.mendes@fgv.br). O prazo para a interposição dos recursos iniciar-se-á às 13:20hs do próprio dia 18/05 e extinguir-se-á no dia 21/05, às 13:20hs. O resultado das impugnações e recursos será divulgado até às 13hs de 23/05.
13. Na quinta-feira, dia 24/05, a partir das 17hs, o resultado oficial será disponibilizado no Mural do NPJ, no corredor do 9º andar, bem como enviado por e-mail.
14. **ATENÇÃO**: **No período destinado a realização da prova está incluso o tempo para o preenchimento do cartão resposta.**
15. **BOA PROVA**!

**Administrativo**

**1. (FGV - 2007) O art. 39, § 3°, da Constituição da Repú­blica autoriza a lei a estabelecer requisitos diferencia­dos de admissão a cargo público, quando a natureza do cargo o exigir. A pertinência desses requisitos, em relação a determinado cargo a ser provido, é aferida mediante a aplicação do princípio da:**

(A) razoabilidade

(B) publicidade

(C) igualdade

(D) eficiência

**2. (FGV - 2008) A avocação é própria do Poder:**

(A) Disciplinar.

(B) Discricionário.

(C) Regulamentar.

(D) Hierárquico.

**3. (FGV - 2010) Os atos administrativos possuem pre­sunção de legitimidade. Essa presunção decorre do princípio da:**

(A) impessoabilidade.

(B) moralidade.

(C) publicidade.

(D) legalidade.

**4. (FGV - 2010) As pessoas jurídicas de direito público de natureza meramente administrativa, criadas por lei específica, para a realização de atividades descentra­lizadas da entidade que as criou, são denominadas:**

(A) fundações.

(B) autarquias.

(C) entidades estatais.

(D) entidades paraestatais.

**5. (FGV - 2008) No que tange ao processo administrativo disciplinar, analise as assertivas a seguir:**

**I. O processo administrativo disciplinar é composto de fases. Sindicância é a fase do processo administrativo preliminar que determina se o funcionário público sofrerá sanção ou não pelo cometimento de falta funcional.**

**II. A falta de defesa técnica por advogado no pro­cesso administrativo disciplinar não ofende a Constituição.**

**III. No processo administrativo disciplinar, as provas são produzidas durante a fase denominada de inquérito administrativo; tal fase compreende instrução, defesa e relatório.**

**Assinale:**

(A) se todas as assertivas estiverem corretas.

(B) se somente as assertivas I e II estiverem corretas.

(C) se somente as assertivas I e III estiverem corretas.

(D) se somente as assertivas II e III estiverem corretas.

**6. (FGV - 2007) Sobre intervenção do Poder Público na Propriedade, é correto afirmar que:**

(A) tombamento é a forma de intervenção na proprie­dade pela qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural, com a finalidade de proteger a memória nacional. Pela grande relevância desse instituto, e com base no princípio da supre­macia do interesse público, não há a necessidade de informar ao proprietário do bem, por meio de notificação, sobre a existência do procedimento de tombamento, principalmente porque o bem continuará na propriedade do particular.

(B) é possível a desapropriação de bens públicos na direção vertical das entidades federativas. No entanto, com base no princípio federativo e no princípio da preponderância dos interesses, é possível Município desapropriar bem do Estado, se provado o interesse local.

(C) Os institutos do tombamento e da limitação administrativa são instrumentos diversos de intervenção do Estado na propriedade. Quanto aos destinatários dos institutos, pode-se afirmar que o tombamento é ato de restrição individual, e isso porque depende da análise de cada bem a ser tombado, e as limitações urbanísticas administrativas são atos gerais e impessoais, e, por conseguinte, incidem sobre coletividades indeterminadas.

(D) Conforme jurisprudência dos Tribunais Superio­res, Estado e Município podem desapropriar bens de empresa pública federal, sem a necessidade de autorização do Presidente da República, pois se trata de entidade de Administração Indireta.

**7. (FGV - 2007) Assinale a afirmativa incorreta.**

(A) Os institutos de autorização de uso de bem público e o de permissão de uso de bem público são muito semelhantes. A diferença entre eles é que, no pri­meiro, predomina o interesse privado, enquanto, no segundo, prepondera o interesse público.

(B) Domínio patrimonial é o poder político que permite ao Estado submeter à sua vontade todos os bens situados em seu território.

(C) Segundo jurisprudência dos tribunais superiores, os bens de sociedade de economia mista são considerados bens públicos se afetados a um serviço público.

(D) A concessão de bem público é contrato admi­nistrativo, ao passo que a autorização de uso de bem público e a permissão de uso de bem público são atos administrativos.

**8. (FGV - 2008) O Poder Público é condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiro. É correto afirmar que:**

(A) cabe ação regressiva do Estado em face do servidor, cujo prazo prescricional é imprescritível, e nesta se verificará se a conduta do servidor foi culposa (lato sensu).

(B) cabe ação de regresso do Estado em face do servidor, e seu prazo prescricional é de 20 anos.

(C) cabe ação regressiva do Estado em face do servidor, e nela não se perquirirá sobre culpa do servidor, uma vez que se aplica a teoria da Res­ponsabilidade Objetiva quando a ação envolve o Poder Público.

(D) basta o procedimento administrativo disciplinar com a aplicação da ampla defesa e do contra­ditório, não cabendo o ajuizamento de ação regressiva.

**9. (FGV - 2010) A licitação entre interessados, cadas­trados ou não, do ramo pertinente ao seu objeto e aquela entre interessados devidamente cadastrados, observando-se a qualificação necessária, dizem res­peito, respectivamente, as modalidades de licitação:**

(A) convite e leilão.

(B) convite e tomada de preços.

(C) concorrência e convite.

(D) concorrência e tomada de preços.

**10. (FGV - 2008) Os contratos regidos pela Lei de Licitações poderão ser alterados, com as devidas justificativas, ficando o contratado obrigado a aceitar os acréscimos que se fizerem na reforma de edifício até o limite de:**

(A) 10%.

(B) 40%.

(C) 30%.

(D) 50%

**Constitucional**

**11. A respeito do processo legislativo, analise as afirmativas a seguir:**

**I. A iniciativa das leis complementares e ordinárias federais cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Vereadores, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, aos Tribunais de Justiça, ao Procurador-Geral da República, ao Advogado Geral da União e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos na Constituição.**

**II. O Presidente da República pode pedir urgência ao Congresso Nacional apenas para a deliberação sobre matérias de sua competência privativa.**

**III. As leis delegadas não podem tratar organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros.**

**IV. Se a sessão conjunta para derrubada do veto do Presidente não for realizada no prazo previsto na Constituição, o veto será mantido tacitamente.**

**Assinale:**

(A) se apenas as afirmativas I, II e III estiverem corretas.

(B) se apenas as afirmativas I, II e IV estiverem corretas.

(C) se apenas as afirmativas III e IV estiverem corretas.

(D) se apenas a afirmativas III estiver correta.

**12. Sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), assinale a alternativa correta:**

(A) A CPI pode determinar a realização de perícias e solicitar auditorias ao Tribunal de Contas;

(B) Não podem ser criadas em âmbito estadual e municipal, pois não há previsão constitucional;

(C) Podem determinar a quebra de sigilo de dados telefônicos, fiscais e bancários dos investigados, inclusive determinar a suspensão ou dissolução das atividades de uma associação que esteja sendo alvo de investigação;

(D) Nenhuma autoridade pública pode ser convocada para depor em sede de CPI;

**13. De acordo com o sistema de controle de constitucionalidade no Brasil,**

(A) é possível o ajuizamento de representação de inconstitucionalidade contestando a validade de lei municipal em face da Lei Orgânica do respectivo município.

(B) as Resoluções do Conselho Nacional de Justiça possuem normatividade e podem ser questionadas em sede de ADI ou de ADC.

(C) lei anterior à Constituição Federal não pode ser objeto de controle difuso de constitucionalidade.

(D) a revogação de ato normativo que é objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) não prejudica (via de regra), o andamento da ação, uma vez que se trata de processo objetivo e não subjetivo.

**14. Sobre as medidas provisórias, assinale a alternativa correta:**

(A) A medida provisória não pode dispor sobre seqüestro de ativo financeiro.

(B) A espécie normativa perde eficácia se não for convertida em lei no prazo de 60 dias, prorrogável por mais 30 dias.

(C) Excepcionalmente é possível reeditar a medida provisória na mesma sessão legislativa em que foi rejeitada.

(D) A norma ora analisada poderá dispor sobre o Estatuto do Estrangeiro, estabelecer um novo tipo de crime e convocar plebiscitos e referendos.

**15. Sobre a Organização dos Poderes, analise as afirmativas a seguir e indique a assertiva correta.**

(A) o Poder Legislativo do Distrito Federal será representado pela Câmara Distrital onde atuam os deputados distritais que elaboram apenas leis sobre matéria estadual.

(B) nos municípios com exatamente 200.000 (duzentos mil) habitantes, as eleições serão regidas pelo sistema eleitoral de maioria absoluta;

(C) o parlamentar pode ser preso, no curso do mandato, em razão de sentença condenatória criminal transitada em julgado.

(D) segundo a Constituição Federal, os deputados passam a ter imunidades formais a partir de sua diplomação e por isso têm inviolabilidade civil, penal e política por quaisquer de suas opiniões ou votos proferidos em decorrência de sua atuação.

**16. O Presidente da República apresentou proposta de emenda constitucional visando tornar proibido o voto do analfabeto.** **Sobre a referida proposta, assinale a alternativa correta:**

(A) A proposição pode ser aprovada ou rejeitada, segundo a vontade dos legisladores;

(B) Tal medida só poderia ter sido proposta por um terço do Senado Federal ou da Câmara dos Deputados;

(C) Para ser aprovada, a referida proposta deverá ser submetida ainda à sanção ou veto do próprio Presidente da República;

(D) A proposta não pode ser aprovada por violar limitação material expressa da Constituição.

**17. A respeito do controle de constitucionalidade das leis e dos atos normativos, assinale a opção correta.**

(A) O STF admite a inconstitucionalidade implícita, ou seja, a possibilidade de controle das normas oriunda do poder originário.

(B) A inconstitucionalidade pode ser nomoestática (vício material) ou nomodinâmica (vício no processo legislativo).

(C) São características do controle aberto de constitucionalidade: atuação de vários órgãos do Poder Judiciário, processo objetivo, decisões, via de regra, inter partes.

(D) De acordo com a Constituição Federal, os Tribunais de Justiça dos Estados e os seus Órgãos Especiais, por decisão da maioria relativa de seus membros, podem declarar a inconstitucionalidade das leis em observância ao princípio da reserva de plenário.

**18. Sobre as súmulas vinculantes, assinale a opção incorreta**.

(A) o Defensor Público Geral da União não poderá apresentar propostas de súmulas vinculantes ao Supremo Tribunal Federal.

(B) o quórum necessário para a aprovação das súmulas é o de dois terços dos Ministros.

(C) há previsão legal de atuação do *amicus curiae* no processo de edição, revisão ou cancelamento de súmulas vinculantes.

(D) é possível a modulação temporal dos efeitos da súmula, desde que a decisão seja respaldada pelo voto de dois terços dos Ministros.

**19. Sobre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), assinale a alternativa correta:**

(A) O CNJ é presido pelo Ministro do STF mais antigo na Corte.

(B) Seus membros são nomeados para cumprir um mandato de 3 anos, vedada a recondução.

(C) À exceção do seu Presidente, os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

(D) Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados de qualquer Estado brasileiro.

**20. A disciplina constitucional das imunidades parlamentares e a sua respectiva compreensão jurisprudencial permitem afirmar:**

(A) A inviolabilidade parlamentar não se estende ao congressista durante as campanhas eleitorais.

(B) Desde a proclamação do resultado das eleições, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.

(C) Os suplentes gozam de imunidades parlamentares.

(D) As imunidades de Deputados ou Senadores nunca subsistirão durante o estado de sítio.

**Deontologia**

21. No tocante às infrações disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto do Advogado.

(A) A violação ao Código de Ética e Disciplina do Advogado é punível com suspensão do exercício da advocacia por, no mínimo, 15 dias.

(B) A deturpação de transcrição de dispositivo de lei ou de citação doutrinária em petição é falta punível, em regra, com censura.

(C) A prescrição de aplicação de penalidade de censura ocorre em um ano, a partir da data da ciência do fato pela OAB.

(D) O exercício assíduo e proficiente de mandato na OAB é cláusula excludente de aplicação de penalidade.

22. Com relação ao entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF) e quanto ao Estatuto da Advocacia, assinale a opção correta.

(A) É direito do advogado não ser recolhido preso, antes de sentença transitada em julgado, senão em sala de Estado Maior, com instalações e comodidades condignas, assim reconhecidas pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), e, na falta dessas, ser aplicada prisão domiciliar.

(B) É direito do advogado sustentar oralmente, após o voto do relator, em julgamentos de recursos nos tribunais superiores, pelo prazo de até 15 minutos.

(C) É direito do advogado ter respeitada a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, de seus arquivos e dados e sua correspondência e de suas comunicações, salvo caso de busca e apreensão determinada por magistrado e acompanhada de representante da OAB.

(D) É prescindível a presença de representante da OAB quando um advogado é preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, bem assim, nos casos de crime comum, a comunicação à OAB.

**23. Acerca de incompatibilidades, impedimentos e sanções disciplinares aplicáveis aos advogados, assinale opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia.**

(A) A violação a preceito do Código de Ética e Disciplina da OAB (CED-OAB) é punível com a suspensão do exercício profissional por até 30 dias.

(B) O Defensor Público Geral Estadual que atuar na advocacia privada em patrocínio dos interesses de um sindicato patronal poderá, em razão dessa conduta, ser punido na OAB com a pena de censura.

(C) Os oficiais do Exército podem exercer a advocacia em causas que não envolvam a União.

(D) O presidente de assembléia legislativa não está impedido de exercer a advocacia.

**24. No tocante às sociedades de advogados, assinale a opção correta.**

(A) É vedada a permanência de nome de sócio falecido na razão social da sociedade de advogados.

(B) É possível que um advogado pertença a mais de uma sociedade de advogados registradas em uma mesma seccional, desde que os respectivos escritórios não patrocinem clientes de interesses opostos.

(C) O CED-OAB não se aplica às sociedades de advogados, porque o direito brasileiro não admite a responsabilização penal da pessoa jurídica.

(D) É vedado às juntas comerciais o registro de sociedade que inclua a atividade de advocacia entre suas finalidades.

25. Em relação ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, assinale a opção correta.

(A) O Conselho Federal é o órgão competente para autorizar a instalação de cursos jurídicos no Brasil, inclusive promovendo a recomendação das instituições com melhor aproveitamento nos exames de ordem.

(B) Compete ao Conselho Federal elaborar a lista sêxtupla para indicação dos advogados que concorrerão à vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, porque é a União que organiza e mantém o Poder Judiciário daquela unidade da Federação.

(C) O presidente do Conselho Federal tem direito apenas à voz nas deliberações do conselho.

(D) O voto nas deliberações do Conselho Federal é tomado por cada delegação estadual.

**26. Em relação à inscrição dos advogados na OAB, assinale a opção correta de acordo com o Estatuto da Advocacia.**

(A) Para a inscrição como advogado é necessário ser brasileiro nato.

(B) Além da inscrição principal, o advogado deve promover a inscrição suplementar nos conselhos seccionais em cujos territórios tenha atuação em mais de 5 feitos judiciais por ano.

(C) O exercício em caráter definitivo de atividade incompatível com a advocacia no ano de 2002 implicará o licenciamento do profissional, restaurando-se o número da inscrição anterior após a cessação da incompatibilidade.

(D) A aprovação em concurso de procurador de município autoriza a obtenção da inscrição como advogado sem que o interessado se submeta ao exame da ordem.

**27. Um advogado foi contratado por um cliente para atuar, em substituição a outro advogado, em um processo que tramita na 1ª Vara Cível de uma capital há 10 anos, dos quais há dois anos está concluso para sentença.**

**Considerando-se a situação hipotética acima e o que dispõe o Código de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (CED–OAB), o advogado contratado deverá:**

(A) juntar aos autos novo instrumento de procuração e requerer que as futuras intimações sejam feitas em seu nome, assim como pedir ao juiz que intime o afastamento do advogado que atuava anteriormente no processo.

(B) requerer ao juiz da causa que declare a extinção do mandato do advogado que atuava no processo.

(C) orientar o cliente para revogar a procuração outorgada ao outro advogado mediante ação judicial prevista no Livro de Procedimentos Especiais do Código de Processo Civil.

(D) entrar em contato com o advogado que já atua no caso e solicitar-lhe substabelecimento ou renúncia ao mandato.

**28. “Advogados assediam parentes de vítimas de acidente. Há advogados que comparecem a enterros de vítimas de acidentes ocorridos na prestação de serviço público praticado por empresas aéreas, para oferecer aos familiares seus serviços na proposição de ações judiciais, prometendo indenizações milionárias contra as empresas envolvidas no acidente”.**

**Advogados estrangeiros também têm vindo ao Brasil com o mesmo objetivo.**

**Internet:<www://conjur.estadao.com.br> (com adaptações).**

**Tendo como referência inicial o texto acima e com relação ao CED–OAB, assinale a opção correta.**

(A) Em atenção ao princípio da publicidade, durante a tramitação do processo administrativo disciplinar movido contra advogados que assediam familiares de vítimas de acidentes, haverá livre acesso a todos os que desejarem manusear os autos, desde que estes não sejam retirados das dependências da OAB.

(B) O CED–OAB permite que o advogado anuncie seus serviços profissionais, individual ou coletivamente, com discrição e moderação, para finalidade exclusivamente informativa, vedada a divulgação conjunta com outra atividade.

(C) Na publicidade permitida pelo CED–OAB, pode o advogado divulgar a lista de seus clientes, desde que não indique as demandas em que eles estejam incluídos.

(D) O CED–OAB permite que o advogado debata causa sob seu patrocínio em qualquer veículo de comunicação, sem declarar o nome de qualquer um dos envolvidos, a título de esclarecimento da população, desde que essa atividade não proporcione a autopromoção do profissional.

29. Considerando as prerrogativas do advogado, assinale a opção correta.

(A) Os advogados da União são empregados e, portanto, espécie do gênero advogado empregado, tendo seu regime jurídico regido exclusivamente pelo estatuto da advocacia, Lei n.º 8.906/1994.

(B) A vista dos autos de processos judiciais em cartório somente pode ser deferida aos advogados que possuem procuração.

(C) O advogado não tem imunidade profissional em razão de manifestação nos autos judiciais em nome de seu cliente.

(D) O desagravo público é instrumento de defesa dos direitos e prerrogativas da advocacia e sua concessão não depende da concordância do advogado ofendido nem pode ser por este dispensado, devendo ser efetuado a exclusivo critério do conselho.

**30. Um advogado que atua exclusivamente em Salvador-BA, onde tem seu domicílio profissional e inscrição principal, foi procurado por um cliente para patrocínio de uma ação de repetição de indébito, pelo rito ordinário, na justiça federal, em Aracaju-SE.**

**Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta acerca da atuação profissional em outro domicílio.**

(A) O advogado poderá atuar desde que haja prévia comunicação à OAB/BA, em até cinco dias, a partir da sua primeira atuação nos autos do processo em Aracaju.

(B) Não será possível a atuação do advogado sem a prévia inscrição suplementar na OAB/SE.

(C) O advogado poderá atuar na causa sem prévia inscrição na OAB/SE e sem comunicar o fato à OAB/BA.

(D) A atuação regular do advogado em Aracaju depende de prévia autorização do secretário geral da OAB/SE.

**Direito e Processo Penal**

**31. Em relação ao crime impossível, marque a alternativa correta:**

(A) Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime;

(B) Pune-se a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime;

(C) Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

(D) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.

**32. Um funcionário público, na qualidade de agente fiscal, solicita de um contribuinte vantagem para deixar de lançar contribuição social devida. Neste caso, o funcionário público praticou:**

(A) Crime de corrupção ativa;

(B) Crime contra a ordem tributária;

(C) Crime de corrupção passiva;

(D) Crime de excesso de exação.

**33. É isento de pena o agente que:**

(A) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(B) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(C) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, parcialmente capaz de entender o caráter lícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

(D) por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação, somente, parcialmente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

1. **. Marque a alternativa incorreta:**
2. Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade.
3. Se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.
4. Se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste; essa pena será aumentada até metade, na hipótese de ter sido previsível o resultado mais grave.
5. Comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime.

**35. Caio, com vontade e consciência de atingir a honra de Mévio, passa a propalar que o mesmo explora a atividade ilegal do jogo do bicho. Considerando que Caio sabe ser falsa a imputação que realiza quanto a Mévio, é correto afirmar que Caio praticou o crime de:**

(A) Denunciação caluniosa;

(B) Calúnia;

(C) Injúria;

(D) Difamação.

**36. Recebendo *noticia criminis* de crime em que a ação penal depende de representação, a Autoridade Policial, depois de lavrar boletim de ocorrência, deve:**

(A) instaurar o inquérito policial e aguardar a representação da vítima ou seu representante legal.

(B) instaurar o inquérito policial e intimar a vítima ou seu representante legal para oferecer a representação.

(C) aguardar a representação para instaurar o inquérito policial.

(D) remeter o boletim de ocorrência ao Ministério Público para ser colhida a representação da vítima ou seu representante legal.

**37. De acordo com o Código de Processo Penal, o inquérito Policial:**

(A) deverá terminar no prazo de quinze dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante.

(B) será iniciado, nos crimes de ação pública, exclusivamente mediante requisição do Ministério

Público ou requerimento do ofendido ou de seu representante legal.

(C) não poderá ser arquivado pela autoridade policial, ainda que fique comprovada a inexistência do fato ou que o fato não constituía crime.

(D) deverá terminar no prazo de sessenta dias quando o indiciado estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

**38. A ação penal pública incondicionada, excetuados os delitos de pequeno potencial ofensivo, é regida, entre outros, pelos princípios da:**

(A) disponibilidade, indivisibilidade e oficialidade.

(B) obrigatoriedade, oficialidade e oportunidade.

(C) legalidade, oportunidade e intranscendência.

(D) obrigatoriedade, indisponibilidade e intranscendência.

**39. A ação penal privada subsidiária pode ser ajuizada:**

(A) pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se o Ministério Público requerer a devolução do inquérito à polícia para novas diligências.

(B pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se esta não for intentada pelo Ministério Público no prazo legal.

(C) pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo se o Ministério Público requerer o arquivamento do inquérito policial.

(D) pelo Ministério Público se esta não for intentada pelo ofendido ou por quem tenha qualidade para representá-lo no prazo legal.

**40. O princípio da fungibilidade autoriza o juízo a:**

(A) rejeitar o recurso por ilegitimidade de parte.

(B) rejeitar o recurso por intempestividade.

(C) determinar a remessa do processo ao Tribunal de Justiça, único órgão jurisdicional competente para decidir sobre a fungibilidade recursal.

(D) receber o recurso equivocadamente interposto como se fosse o adequado.

**Empresarial**

**41. Em relação à incapacidade e proibição para o exercício da empresa, assinale a alternativa correta.**

|  |
| --- |
| (A) Por se tratar de matéria de ordem pública e considerando que a continuação da empresa interessa a toda a sociedade, quer em razão da arrecadação de impostos, quer em razão da geração de empregos, caso a pessoa proibida de exercer a atividade empresarial o faça, poderá requerer a recuperação judicial. |
| (B) Aquele que tenha impedimento legal para ser empresário está impedido de ser sócio ou acionista de uma sociedade empresária. |
| (C) Entre as pessoas impedidas de exercer a empresa está o incapaz, que não poderá exercer tal atividade. |
| (D) Caso a pessoa proibida de exercer a atividade de empresário praticar tal atividade, deverá responder pelas obrigações contraídas, podendo até ser declarada falida.  **42. A respeito da sociedade em comum, é correto afirmar que:**   |  | | --- | | (A) os sócios respondem individual e ilimitadamente pelas obrigações sociais. | | (B) são regidas pelas disposições das sociedades simples. | | (C) na relação com terceiros, os sócios podem comprovar a existência da sociedade de qualquer modo. | | (D) os sócios são titulares em comum das dívidas sociais. | |

**43. Considerando a ação de execução uma obrigação cambial representada por um título extrajudicial, com relação aos princípios dos títulos de créditos é correto afirmar que:**

|  |
| --- |
| (A) caso a petição inicial se ache desacompanhada do título executivo, deverá ser indeferida de plano, não se admitindo prazo para correção, dada a natureza sumária das ações executivas. |
| (B) caberá ao devedor indicar a espécie de execução que prefere, quando de mais de um modo puder ser efetuada. |
| (C) deverá ser extinta se o título não corresponder a obrigação certa, líquida e exigível. |
| (D) cabe ao devedor provar que o credor não adimpliu a contraprestação, quando a satisfação da obrigação do executado estiver condicionada à realização daquela. |

**44. Assinale a correta:**

(A) Fusão é operação na qual a sociedade passa independentemente de dissolução e liquidação do seu ativo, de um tipo societário para outro.

(B) A sociedade anônima é sempre empresária, mesmo que seu objeto seja atividade econômica civil, tanto que uma companhia constituída só por dentistas para a prestação de serviços de odontologia pelos próprios acionistas, embora tenha por objeto uma atividade não empresarial, está sujeita ao regime jurídico empresarial.

(C) As operações de fusão e incorporação entre sociedades limitadas exigem a deliberação, pela maioria do capital do social no caso da primeira e três quarto no caso da segunda.

(D) Na fusão uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhes sucede em todos os direitos e obrigações.

**45. Assinale a correta:**

(A) Se os sócios optarem por criar uma sociedade limitada, esta será obrigatoriamente empresária.

(B) Caso os sócios desejem exercer uma atividade passiva de enquadramento como sociedade simples, terão que definir, ainda, um dos tipos de sociedade empresária para que se lhe aplique o ordenamento jurídico correspondente.

(C) O contrato social formal não é requisito essencial para a constituição de determinada sociedade empresária, podendo esta ser instruída mediante acordo oral entre os sócios, caso em que será considerada sociedade em comum.

(D) Considere a situação hipotética: José, administrador não sócio de determinada sociedade limitada, teve em sua administração, ingerência contrária ao contrato social. Nesta situação José poderá responder com seu patrimônio pessoal no caso de execução fiscal.

**Direito e Processo Civil**

**46. No que se refere ao termo ou condição e aos defeitos do negócio jurídico, julgue os itens abaixo.**

**I - A condição é a cláusula que subordina o efeito do negócio jurídico, oneroso ou gratuito, a evento futuro e incerto, e tem aceitação voluntária.**

**II - Em face da condição resolutiva, tem-se mera expectativa de direito ou direito eventual pendente.**

**III - O vício resultante da coação causa a anulabilidade do negócio jurídico, mas é passível de ratificação pelas partes, ressalvado direito de terceiro.**

**IV - Na fraude contra credores, o ato de alienação de bens praticado pelo devedor é nulo de pleno direito e dispensa a propositura de ação própria para anulação do negócio jurídico.**

**Estão certos apenas os itens:**

(A) I e II.

(B) I e III.

(C) II e IV.

(D) III e IV.

**47. Assinale a opção correta com relação ao direito das obrigações.**

(A) Havendo pluralidade de devedor, o inadimplemento da obrigação indivisível não altera os direitos do credor nem a obrigação perde esse caráter, podendo, assim, o credor demandar a obrigação por inteiro, mais perdas e danos, de qualquer dos devedores.

(B) A dação em pagamento constitui acordo entre o credor e devedor, por meio do qual o credor consente em receber objeto distinto do previsto no título constitutivo da obrigação, com o fito de extinguir a obrigação.

(C) Com a assunção de dívida, subsiste o débito originário, com os seus acessórios e garantias especiais, assumindo o terceiro a posição de devedor, independentemente da concordância do credor ou do devedor originário.

(D) O devedor de várias dívidas ainda não vencidas a um mesmo credor, diante da insuficiência de condições financeiras para o pagamento de todo o débito, poderá propor quitá-lo antecipadamente, por meio da imputação do pagamento.

**48. Ainda a respeito das obrigações e dos contratos, assinale a opção correta.**

(A) A morte do devedor provoca o vencimento antecipado da obrigação, por ela respondendo, solidariamente, os herdeiros, salvo quando se tratar de obrigação personalíssima, pois, nesse caso, a morte do devedor é causa da extinção da relação obrigacional.

(B) Ocorrendo a evicção, se o evicto desconhece o risco, ou, se dele informado, não o assuma, não obstante a cláusula que exclui a garantia contra a evicção, ele tem direito de recobrar o preço que tenha pago pela coisa perdida.

(C) Qualquer crédito poderá ser cedido, conste ou não do título, esteja vencido ou por vencer, se a isso não se opuserem a natureza da obrigação, a convenção com o devedor ou a lei, porém o cedente não responde pela solvência do devedor.

(D) O terceiro interessado que paga dívida pela qual seja ou possa ser obrigado, pode cobrar o total da dívida, mesmo que o seu desembolso seja menor, visto que se sub-roga nos direitos e ações do credor.

**49. Com relação às normas atinentes ao negócio jurídico e às obrigações, assinale a opção incorreta.**

(A) A base subjetiva do negócio jurídico compreende as representações nas quais as partes assentaram seu acordo de vontade. Desse modo, a frustração subjetiva dos contraentes pode render ensejo à não obrigatoriedade da prestação ou à anulação do negócio jurídico por erro essencial.

(B) A mora e a violação positiva da obrigação ou do contrato por parte do devedor são exemplos de inadimplemento relativo.

(C) A multa cominatória tem caráter intimidativo, de modo que o depósito ou pagamento desta não desobriga o devedor do cumprimento da prestação estabelecida na sentença da ação cominatória.

(D) Remição é a renúncia gratuita do crédito.

**50. Acerca dos contratos regidos pelo Código Civil, assinale a opção correta.**

(A) O contrato de compra e venda deve conter cláusula que estipule o preço do bem ou o modo de determiná-lo. Esse preço pode ser fixado de acordo com o tabelamento oficial, estipulado por terceiro ou por qualquer um dos contratantes.

(B) O objeto do contrato de fiança é uma obrigação assumida em outro contrato do qual é acessório, servindo-lhe, ainda, de garantia. Por isso, a responsabilidade do fiador deve corresponder ao valor da dívida garantida, não podendo ser em valor superior, inferior ou com mais ônus do que aqueles estabelecidos na obrigação principal.

(C) No contrato bilateral com cláusula resolutiva expressa, no qual os contratantes assumam que as obrigações autônomas devem ser cumpridas sucessivamente, se uma das partes não cumprir espontaneamente a sua prestação, o contratante prejudicado poderá considerar o contrato resolvido, alegando a exceção do contrato não cumprido.

(D) No contrato de seguro de coisa, a indenização securitária deve ser feita em dinheiro, salvo se convencionada pelos contratantes a recomposição ou a substituição da coisa.

**51. No processo civil, cabe ao Ministério Público oficiar obrigatoriamente,**

(A) nas causas concernentes ao estado das pessoas, pátrio poder, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.

(B) nas ações relativas à locação de imóveis residenciais urbanos, independentemente da qualidade das partes. XXX

(C) nas ações populares, nas ações civis públicas e em quaisquer processos de inventário causa mortis.

(D) em quaisquer processos nos quais o juiz reputar conveniente a intervenção do Ministério Público, na condição de fiscal da lei.

QUES

**52. A respeito das partes e dos procuradores, assinale a opção correta.**

(A) Ao réu preso, ainda que tenha sido citado pessoalmente,deve ser nomeado curador especial, que tem a incumbência de contestar o feito, sendo-lhe vedado manifestar-se contrariamente àquele que representa.

(B) No caso de falecimento do procurador do réu, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz deve determinar a suspensão do processo e marcar prazo para que o réu constitua novo mandatário. Findo o prazo, se o réu não cumprir a determinação, o juiz deve determinar o prosseguimento do processo e garantir ao réu curador especial.

(C) A alienação da coisa litigiosa, no curso do processo, altera a legitimidade das partes, devendo prosseguir a demanda entre adquirente em substituição ao alienante e a parte contrária originária. A decisão proferida na causa em que atua o substituto processual faz coisa julgada para o substituído.

(D) A outorga de procuração para o foro, em geral, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo em nome da parte, podendo ele receber e dar quitação, reconhecer a procedência do pedido e firmar qualquer compromisso.

QUESTÃO

**53. A respeito dos recursos no processo civil, assinale a opção correta.**

(A) Não cabe interposição de recurso ordinário para o STJ contra decisão proferida por juiz que atua em primeiro grau de jurisdição.

(B) Caso haja sucumbência recíproca, admite-se, na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, nos recursos especiais e extraordinários, o recurso adesivo, ao qual se aplicam as mesmas regras do recurso independente.

(C) Caso o recorrente alegue no recurso de apelação e seja reconhecida a nulidade da citação, o tribunal determinará o retorno dos autos ao juízo de primeiro grau, o qual, por sua vez, deve determinar a repetição do ato citatório.

(D) Com a oposição dos embargos de declaração, ocorre a interrupção do prazo para a interposição de outros recursos, por qualquer das partes, salvo se for ele intempestivo.

**54. Quanto às nulidades processuais, assinale a opção correta.**

(A) O ato processual praticado em desconformidade com a norma que disciplina sua produção é inválido, devendo o juiz, de ofício, decretar sua nulidade e determinar sua repetição, ainda que não cause prejuízo à regularidade processual ou às partes.

(B) Deve ser decretada a nulidade do processo em que se tenha constatado, afinal, a falta de outorga uxória, ainda que se possa decidir o mérito a favor do cônjuge ausente, visto que todas as nulidades processuais são insanáveis.

(C) A nulidade relativa deve ser argüida pela parte interessada em sua decretação, na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos, depois do ato defeituoso, sob pena de preclusão, isto é, de perda da faculdade processual de promover a anulação.

(D) Anulado um ato processual, mesmo que se trate de um ato complexo, todos os atos subseqüentes a ele serão também anulados, ainda que sejam independentes entre si e que a nulidade se refira a apenas uma parte do ato.

42

**55. A respeito da sentença e da coisa julgada no processo civil, assinale a opção correta.**

(A) A fundamentação da sentença fica coberta pela coisa julgada material.

(B) A apreciação e resolução de questão prejudicial decidida incidentalmente no processo não faz coisa julgada material, ainda que a parte expressamente o requeira.

(C) Com o trânsito em julgado da sentença que encerra a relação processual, sem resolução do mérito, ocorre a coisa julgada formal, o que torna imutável, porque indiscutíveis, as questões decididas na sentença.

(D) Após o trânsito em julgado da sentença, consideram-se deduzidas e repelidas as alegações que o autor tenha deixado de apresentar para o acolhimento de seu pedido.

QUESTÃO

**Direito e Processo do Trabalho**

**56. Para equiparação salarial, é necessário que:**

(A) haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma localidade, com contemporaneidade na prestação dos serviços na mesma função e a qualquer tempo, inexistindo quadro de carreira organizado.

(B) haja identidade de funções, trabalho com a mesma produtividade e perfeição técnica, para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, com contemporaneidade na prestação de serviços na mesma função e a qualquer tempo, e quadro de carreira homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

(C) haja identidade de funções, trabalho de igual valor para o mesmo empregador, na mesma região metropolitana, sendo a prestação de serviços entre o empregado e o modelo contemporânea na mesma função, mas com diferença não superior a 2 anos, inexistindo quadro de carreira organizado.

(D) os empregados comparados tenham a mesma função, pois todo trabalho deve ser igualmente remunerado de acordo com o princípio da isonomia consagrado constitucionalmente.

**57. A respeito do regime de compensação de jornada do banco de horas, assinale a alternativa correta.**

(A) Pode ser instituído mediante acordo, verbal ou por escrito, entre empresa e empregado, facultando-se a participação dos sindicatos representantes das categorias.

(B) Não admite compensação de jornada que ultrapassar o limite máximo de 10 horas diárias.

(C) Pode ser compensado após a rescisão do contrato de trabalho, se houver crédito em favor do trabalhador, respeitado o limite de validade do acordo.

(D) O excesso de jornada a ser compensada não pode exceder, no prazo legal máximo de um semestre, a soma das jornadas semanais previstas para o período.

**58. Com relação às normas de duração do trabalho, assinale a alternativa correta.**

(A) A concessão de intervalos para repouso e alimentação durante a jornada de seis horas descaracteriza o regime de turno ininterrupto de revezamento.

(B) Considera-se de “prontidão” o empregado que permanecer em sua própria casa, aguardando a qualquer momento o chamado para o serviço, com escala de, no máximo, vinte e quatro horas, sendo contadas as respectivas horas à razão de 1/3 (um terço) do salário normal.

(C) A compensação de jornada de trabalho pode ser ajustada por acordo individual escrito, acordo coletivo ou convenção coletiva.

(D) A mera insuficiência de transporte público regular enseja o pagamento de horas in itinere.

**59. Uma empresa põe anúncio em jornal oferecendo emprego para a função de vendedor, exigindo que o candidato tenha experiência anterior de 11 meses nessa função. Diante disso, assinale a alternativa correta.**

(A) A exigência é legal, pois a experiência até 1 ano pode ser exigida do candidato a qualquer emprego, estando inserida no poder diretivo do futuro empregador.

(B) A exigência não traduz discriminação no emprego, de modo que poderia ser exigido qualquer período de experiência anterior.

(C) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 3 meses de experiência.

(D) A exigência é ilegal, pois o máximo que o futuro empregador poderia exigir seriam 6 meses de experiência.

**60. A respeito do pagamento das verbas rescisórias, assinale a alternativa correta.**

(A) No caso de pedido de demissão em contrato por prazo indeterminado, o prazo para pagamento das verbas rescisórias é de 10 dias contados da data da notificação da demissão, quando dispensado o empregado do cumprimento do aviso prévio pelo empregador.

(B) O empregador que descumpre o prazo de pagamento das verbas rescisórias deverá pagá-las posteriormente acrescidas de 50% de multa, nos termos do artigo 467 da Consolidação das Leis do Trabalho.

(C) O pagamento das verbas rescisórias ocorrerá no primeiro dia útil imediato ao término do contrato de trabalho quando o empregador indenizar o aviso prévio.

(D) As verbas rescisórias devidas após decurso normal de prazo de contrato a termo deverão ser pagas até o décimo dia contado do término, em face da inexistência do aviso prévio.

**61. Uma ação é movida contra duas empresas integrantes do mesmo grupo econômico e uma terceira, que alegadamente foi tomadora dos serviços durante parte do contrato. Cada empresa possui um advogado. No caso de interposição de recurso de revista,**

(A) o prazo será computado em dobro porque há litisconsórcio passivo com procuradores diferentes.

(B) o prazo será contado normalmente.

(C) o prazo será de 10 dias.

(D) fica a critério de o juiz deferir a dilação do prazo para não prejudicar os réus quanto à ampla defesa

**62. No processo trabalhista, a compensação ou retenção:**

(A) só poderá ser arguida como matéria de defesa.

(B) poderá ser arguida em qualquer fase do processo, mesmo na execução definitiva da sentença.

(C) poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença seja proferida pelo juiz de 1ª instância.

(D) poderá ser arguida em qualquer momento, até que a sentença tenha transitado em julgado.

**63. Com relação à competência material da Justiça do Trabalho, é correto afirmar que:**

(A) não compete à Justiça do Trabalho, mas à Justiça Federal, o julgamento de ação anulatória de auto de infração lavrado por auditor fiscal do trabalho.

(B) é da competência da Justiça do Trabalho o julgamento das ações ajuizadas em face da Previdência Social que versem sobre litígios ou medidas cautelares relativos a acidentes do trabalho.

(C) de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é da competência da Justiça do Trabalho processar e julgar a ação de cobrança ajuizada por profissional liberal contra cliente.

(D) a Justiça do Trabalho é competente para julgar ação ajuizada por sindicato de categoria profissional em face de determinada empresa para que esta seja condenada a repassar-lhe as contribuições assistenciais descontadas dos salários dos empregados sindicalizados.

**64. Assinale a alternativa correta no que diz respeito à execução trabalhista.**

(A) As partes devem ser previamente intimadas para a apresentação do cálculo de liquidação, exceto da contribuição previdenciária incidente, que ficará a cargo da União.

(B) Tratando-se de prestações sucessivas, por tempo indeterminado, a execução compreenderá inicialmente as prestações devidas até a data do ingresso na execução.

(C) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecante ou no juízo deprecado, mas a competência para julgá-los será sempre do juízo deprecante.

(D) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora, uma vez que obedece à gradação prevista em lei.

**65. Em relação aos embargos de terceiro na execução por carta precatória, é correto afirmar que**:

(A) devem ser oferecidos no juízo deprecante, exceto quando se tratar de vício ou irregularidade de penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado.

(B) devem ser oferecidos no juízo deprecado, que possui competência por delegação para a execução em outra localidade.

(C) devem ser oferecidos no juízo deprecante, pois a carta precatória se presta apenas para que se pratique atos em outra localidade, mantida a competência para atos decisórios no juízo principal da execução.

(D) podem ser oferecidos no juízo deprecante ou deprecado, sendo do juízo deprecante a competência para julgamento, exceto quando se tratar de vício ou irregularidade de penhora, avaliação ou alienação dos bens, praticados pelo juízo deprecado.

**Direito Tributário**

**66. Quando houver decisão administrativa, anulando o lançamento efetuado pelo Fisco por vício formal, passa a correr prazo:**

(A) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do lançamento originalmente efetuado pelo Fisco.(B) prescricional de 05 (cinco) anos, contados da data em que o lançamento fiscal foi anulado.(C) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data que tornar definitiva a decisão que anulou o lançamento por vício formal.(D) decadencial de 05 (cinco) anos, contados da data do fato gerador do tributo.

**67. Não será expedida a certidão positiva de débitos com efeitos de negativa quando:**

(A) os débitos forem objeto de execução fiscal na qual foi apresentada apenas exceção de pré-executividade.(B) o auto de infração que constituiu o crédito tributário for impugnado pelo contribuinte, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo tributário.(C) os débitos estiverem incluídos no parcelamento.

(D) o contribuinte tiver efetuado o depósito do montante integral dos débitos.

**68. Sobre os Impostos de Importação e Exportação, é correto afirmar que:**

(A) podem ser instituídos ou aumentados no mesmo exercício financeiro em que foi publicada a lei que os instituiu ou aumentou.(B) só podem ser aumentados ou instituídos por força do princípio constitucional da anterioridade, no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei que os aumentou ou instituiu.(C) só podem ser aumentados ou instituídos no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da lei que os aumentou ou instituiu.(D) por serem tributos chamados “extra-fiscais”, podem ser aumentados e instituídos por decreto, desde que com vigência a partir do exercício financeiro seguinte ao de publicação do decreto que os aumentou ou instituiu.

**69. Assinale a alternativa correta.**

(A) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, desde que acompanhada do pagamento do tributo devido, da multa punitiva e dos juros de mora.(B) Jamais haverá exclusão da responsabilidade do contribuinte que praticou infração fiscal, mesmo que ingresse com denúncia espontânea da infração, acompanhada do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.(C) A responsabilidade do contribuinte é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou do depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo depender de apuração.(D) Mesmo com o início de qualquer procedimento administrativo fiscal, como a lavratura do Termo de Início de Fiscalização, a responsabilidade do Contribuinte será excluída pela denúncia da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora.

**70. No que se refere ao Imposto sobre a Renda, assinale a alternativa INCORRETA.**

(A) A Constituição Federal determina que o Imposto sobre a Renda será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, na forma da lei.(B) A incidência do Imposto sobre a Renda independe da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.(C) Contribuinte do Imposto sobre a Renda é o titular da disponibilidade econômica ou jurídica de renda ou de proventos de qualquer natureza.(D) A lei não pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo Imposto de Renda cuja retenção e recolhimento lhe caibam.

**BOA PROVA!**

**TENHA ATENÇÂO NO PREENCHIMENTO DO CARTÃO-RESPOSTA.**

**CARTÃO RESPOSTA PROVA**

**NOME COMPLETO\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

***(FAVOR PREENCHER COM LETRA DE FORMA)***

**MATRÍCULA\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ TURMA \_\_\_\_\_\_\_\_\_ DATA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA | QUESTÃO/RESPOSTA |
| **01** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **26** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **51** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **02** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **27** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **52** A ( )B ( ) C ( ) D ( ) |
| **03** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **28** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **53** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **04** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **29** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **54** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **05** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) | **30** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **55** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **06** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **31** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **56** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **07** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **32** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **57** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **08** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **33** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **58** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **09** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **34** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **59** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **10** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **35** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **60** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **11** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **36** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **61** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **12** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **37** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **62** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **13** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **38** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **63** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **14** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **39** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **64** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **15** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **40** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **65** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **16** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **41** A () B ( ) C () D ( ) | **66** A ( ) B () C ( ) D ( ) |
| **17** A () B ( ) C ( ) D ( ) | **42** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **67** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **18** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **43** A ( ) B () C ( ) D () | **68** A ( ) B ( ) C ( ) D () |
| **19** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **44** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **69** A () B ( ) C ( ) D ( ) |
| **20** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **45** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **70** A ( ) B ( ) C () D ( ) |
| **21** A ( ) B () C ( ) D ( ) | **46** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **22** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **47** A ( ) B ( ) C () D ( ) |  |
| **23** A ( ) B ( ) C () D ( ) | **48** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |
| **24** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **49** A ( ) B ( ) C ( ) D ( ) |  |
| **25** A ( ) B ( ) C ( ) D () | **50** A ( ) B ( ) C ( ) D () |  |